

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XV nº 682
13 a 19 de março de 2015

QUALIFICAÇÃO PARA A INDÚSTRIA

SENAI RIO INTENSIFICA
INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Guarim de Lorena



Sistema FIRJAN | www.firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

OS EMPRESÁRIOS E O AJUSTE FISCAL

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente do Sistema FIRJAN

As eleições de 2014 racharam o país, e ele permaneceu rachado três meses depois da posse da presidente reeleita. É evidente o desgaste do governo – um desgaste de fim de mandato, não de início. É hora de uma reflexão ampla para que se possa caminhar para um cenário mínimo de entendimento, sem ameaças ou bravatas que firam a democracia. O setor empresarial está disposto a colaborar, mas, para isso, é preciso que seja ouvido.

De algum modo, é hora de lamber as feridas do embate eleitoral. A decepção com as medidas tomadas dias depois da eleição de outubro não pode autorizar desejos de ruptura dos ritos legais ou constitucionais. Uma presidente foi eleita e, a despeito da voltagem elevada do quadro eleitoral, assumiu com legitimidade da maioria dos votos brasileiros. Goste-se ou não, é em torno do governo eleito pela maioria do voto popular que se deve procurar firmar um pacto mínimo de união pela governabilidade.

Ninguém deseja viver por quatro anos num ambiente irrespirável como o que nos ronda nestes primeiros meses de 2015. E, de algum modo, por mais batido que soe, todos terão de oferecer sua parcela de sacrifício para que o Brasil seja capaz de superar o grave quadro macroeconômico, resultado de erros cometidos no primeiro governo Dilma Rousseff. Eles estão na origem do quadro de deterioração do qual já estávamos desacostumados. Desde outubro, os juros são aumentados progressivamente. A moeda se desvaloriza. O déficit do comércio exterior atinge os US\$ 6 bilhões. As projeções de inflação superam o teto da meta. O país caminha para dois anos seguidos de crescimento negativo. A Petrobras, de quem a economia brasileira depende fortemente, ainda junta os cacos do escândalo de corrupção

cujas investigações não parecem estar perto do fim. A cadeia de fornecedores da estatal, o setor de óleo e gás e os estaleiros têm sido amplamente impactados. Muitas empresas quebrarão. O crédito secou. As tarifas de energia elétrica dispararam.

Para os empresários, falar em mais tributos é quase uma agressão. A carga tributária sobre a indústria de transformação é hoje de 45,4% do PIB. É impossível suportar. Num contexto como esse, tudo o que se espera são medidas capazes de desonerar o investimento e promover o aumento da produtividade. Por outro lado, o ajuste fiscal é inevitável, e Joaquim Levy é o mais credenciado a levá-lo adiante. A questão é: como tornar possível o ajuste fiscal sem comprometer o investimento? Para isso, é necessário compatibilizar de algum modo

medidas necessárias ao ajuste fiscal com iniciativas capazes de preservar ao mínimo a competitividade e a sobrevivência das empresas.

Até para assumir um sacrifício – mais um – há que existir perspectiva, horizonte. O país desaprendeu a lidar com canetadas. O empresário sério e responsável nunca disse não ao que era essencial para o país. Mas será que não há como alterar esta ou aquela medida? Não há como propor uma solução alternativa? Se mais um sacrifício for pedido, é preciso que se mostre quanto tempo vai durar e o que a atividade produtiva pode esperar como contrapartida para a retomada da competitividade. O Brasil está mais

pobre porque gastou mais do que podia. Hoje, medidas amargas são necessárias. Todos terão de contribuir. É preciso que os poderes da República – Executivo e Legislativo em particular – estejam igualmente preparados para o esforço de readequação a tempos difíceis e cuja travessia não se fará em curto prazo. É importante que a conta não seja paga tão somente pela população e pelos empresários que investem e geram empregos.

Para os empresários, falar em mais tributos é quase uma agressão. A carga tributária sobre a indústria de transformação é hoje de 45,4% do PIB

Adriano Pires é sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), empresa de consultoria e informação especializada em serviços de inteligência e gestão de negócios no mercado de energia. Nesta entrevista à Carta da Indústria, ele indica os caminhos para a expansão da utilização de gás natural pela indústria. Pires participará do seminário “O Setor Produtivo e a Energia – Questões e Soluções da Indústria em Tempo de Crise Energética”, no dia 27 de março, na sede do Sistema FIRJAN.

Divulgação/CBIE



GÁS NATURAL PARA A INDÚSTRIA

CARTA DA INDÚSTRIA – Qual a atual perspectiva para o pré-sal do Brasil com relação ao *shale gas* norte-americano?

ADRIANO PIRES – Recentemente, o preço do petróleo caiu cerca de 40% no mercado internacional, passando a flutuar em níveis entre US\$ 50/60 por barril, que se compara aos US\$ 90/110 por barril observados no pós-crise de 2008. No caso do gás natural, o ajuste de preço foi de apenas 26%. A queda mais pronunciada do preço do petróleo prejudica a atratividade de prospecção e exploração do pré-sal que, por ser em águas profundas, tem elevado custo. No caso do *shale gas* norte-americano, além da queda de preço ter sido menos pronunciada, ainda há incentivo, como o início de um movimento de exportação do gás natural. Atualmente, cinco novos terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) estão sendo construídos nos EUA voltados para exportação. A perspectiva de novos mercados consumidores tem contribuído para sustentar os preços e o investimento em gás natural no mercado norte-americano. Além do impacto sobre a cadeia produtiva, a queda de preços de petróleo afetará a arrecadação de royalties este ano, que deverá cair cerca de 20% em relação a 2014. O impacto só não é maior por conta da desvalorização do real.

CI – No atual cenário, como garantir gás natural para a indústria?

AP – No curto prazo, o aumento poderia ser suprido via aumento da importação de gás GNL. Os terminais de GNL trabalham com elevada capacidade ociosa,

que foi em média de 60% entre 2010 e 2014. Já no médio e longo prazos é esperado um aumento de oferta de gás natural, que está relacionado com o aumento da produção de gás natural associado, proveniente da produção de petróleo no pré-sal. É importante ressaltar que os problemas enfrentados pela Petrobras podem comprometer o ritmo de expansão da produção doméstica.

CI – O que é preciso para expandir a utilização de gás natural?

AP – No mercado de gás natural ainda existem algumas barreiras a serem vencidas para o seu desenvolvimento. Para expandir a oferta é necessária a transposição dessas barreiras, por meio de um grupo de ações: estabelecimento de uma política, pela Petrobras, de concessão de acesso à infraestrutura; realização contínua de leilões anuais para novas áreas de exploração de petróleo e gás natural; desoneração fiscal, com redução de PIS/COFINS e ICMS; estabelecimento do preço único para o gás natural; e a criação de uma regulação específica para a exploração em terra por pequenas e médias empresas, com redução de royalties, incentivos fiscais e financiamento. A curto prazo, a intensificação do uso do gás natural em projetos de cogeração e geração distribuída seria uma alternativa para a indústria aliviar o impacto da elevação das tarifas de energia elétrica. Para o sucesso dessa alternativa, são necessários ajustes na regulação do setor elétrico para agilizar e tornar mais atraentes os investimentos em tais projetos.

SISTEMA FIRJAN E AGU: COMBATE À CORRUPÇÃO COM PRESERVAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, recebeu o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, para discutir os impactos das investigações da Operação Lava-Jato sobre a atividade econômica fluminense. Durante o encontro com empresários, realizado em 5 de março, na sede da Federação, ambos afirmaram que a corrupção pode ser combatida sem que seja necessário paralisar a economia brasileira.

O ministro defendeu os acordos de leniência, que reduzem punições administrativas às empresas em troca da colaboração com investigações e o ressarcimento de danos. "Preservar a atividade econômica não é incompatível com combater a corrupção. Nós temos institutos legais que viabilizam uma solução que permite o efetivo combate à corrupção com a mudança comportamental, a colaboração, e o ressarcimento das empresas", disse.

Os acordos de leniência impedem, segundo o ministro, que empresas e trabalhadores que não estejam associados a atividades ilícitas sejam prejudicados. "Haverá consequências para as empresas, mas não temos que transformar essas consequências em uma realidade dramática e definitiva para 500 mil empregados e para milhares de investidores que, de alguma maneira, apostaram nessa atividade econômica e não têm responsabilidade sobre essas irregularidades", destacou Adams.

Além do ressarcimento integral à Petrobras, Adams lembrou que os acordos de leniência exigem



Luís Inácio Adams e Eduardo Eugenio: debate sobre impactos da Operação Lava-Jato

"Nós temos institutos legais que viabilizam uma solução que permite o efetivo combate à corrupção e o ressarcimento das empresas"

Luís Inácio Adams
Advogado-geral da União

o afastamento dos funcionários envolvidos, a divulgação do balanço, um sistema de auditoria externa e a adoção de regras de *compliance*.

Eduardo Eugenio demonstrou preocupação com os impactos das investigações sobre a atividade econômica no estado do Rio.

"O encontro com o ministro foi importante para que representantes da cadeia produtiva do setor naval, por exemplo, pudessem mostrar detalhes da crise pela qual estamos passando. A sociedade brasileira não aguenta mais corrupção, seja empresarial ou de agentes públicos, mas a atividade econômica não pode parar", afirmou.

De acordo com o presidente do Sistema FIRJAN, a Petrobras não deve ser punida pelos crimes praticados por alguns de seus executivos. "Essas pessoas desonestas não podem ganhar a guerra. Não podemos concordar com isso", disse. "Temos que resolver essa questão o mais rápido possível. Milhares de empresas no estado do Rio e centenas de milhares de trabalhadores estão sendo prejudicados", concluiu.

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO DEFENDE PARCERIA COM SETOR PRIVADO PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Armando Monteiro, afirmou que o Brasil tem condições de iniciar um novo ciclo econômico, com o auxílio do setor privado, durante almoço realizado em 2 de março, na sede do Sistema FIRJAN. O governador do estado do Rio, Luiz Fernando Pezão, e cerca de 200 empresários fluminenses participaram do evento.

“É possível retomar o crescimento com bases mais sustentáveis, mas é evidente que temos que fazer um ajuste fiscal que nos impõe uma agenda extremamente desconfortável, com corte de gastos e a redução da estrutura de desonerações. Para que o Brasil reencontre seu equilíbrio macroeconômico, é fundamental restaurar a confiança dos investidores”, afirmou o ministro.

Monteiro demonstrou otimismo quanto ao futuro da economia brasileira: “O país tem um grande mercado doméstico e amplos recursos naturais”, disse. O Mdic cumprirá, segundo ele, uma agenda realista, que não contará com a ampliação de desonerações tributárias.

Entre os principais projetos do Ministério, destaca-se o Plano Nacional de Exportação, concebido com a participação do Sistema FIRJAN. De acordo com o ministro, o governo pretende se reaproximar do mercado americano e promover

medidas para a facilitação do comércio, com a simplificação do trânsito de mercadorias.

Monteiro busca ainda ampliar a participação do setor privado. “É importante uma nova modelagem das parcerias público-privadas para o esforço de investimento da economia. O Mdic é uma plataforma de interlocução com o setor produtivo. É fundamental o papel do setor empresarial e suas lideranças”, explicou.

FIRJAN DEFENDE UNIÃO DE AGENTES ECONÔMICOS

Para o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, os agentes econômicos devem se unir em prol do desenvolvimento. “Enfrentamos grandes problemas políticos e econômicos que vão afetar o emprego e a renda. Nós, empresários, temos um papel

a desempenhar diante das perspectivas de baixo crescimento. Os estados precisam fazer um redesenho, o que acarretará consequências no emprego. Então, temos que, juntos, ter equilíbrio e dialogar de forma tranquila para ultrapassar esse momento que estamos vivendo”.

Para Pezão, Monteiro contribuirá para a retomada do crescimento econômico. “Eu acredito na prosperidade. Sem um bom ambiente de negócios, a gente não prospera. Todos nós teremos que fazer ajustes fiscais, cortando na própria carne, para a economia voltar a crescer”, disse o governador do Rio.

Também participaram do evento o vice-governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, o secretário executivo do Mdic, Ivan Ramalho, e secretários de Estado.



Armando Monteiro em almoço com empresários na FIRJAN: otimismo com o futuro da economia

Antonio Batalha

SENAI RIO INTENSIFICA INVESTIMENTOS EM QUALIFICAÇÃO PARA A INDÚSTRIA EM 2015

A área de Educação Profissional do SENAI Rio aprofundará este ano o atendimento às demandas setoriais e à formação continuada, conforme os desafios identificados no Planejamento Estratégico do Sistema FIRJAN 2015-2020. Entre as novidades estão a expansão de unidades fixas e móveis, implantação de novos cursos, ampliação da oferta do ensino a distância e maior divulgação junto aos públicos especializados e interessados. No Centro Sul Fluminense, será inaugurada a unidade SENAI Três Rios, ainda no primeiro semestre. O SENAI Caxias, por sua vez, será ampliado.

Nova Friburgo, Resende e Niterói ganharão unidades do SENAI FabLab. Ao longo do ano, toda a rede SENAI oferecerá cerca de 40 mil vagas gratuitas.

“O diferencial da qualificação profissional do SENAI é o processo permanente de alinhamento às necessidades da indústria e o fato de aliar teoria e prática, buscando sempre inovar nas metodologias e recursos. Além da contínua atualização da infraestrutura e da expansão da utilização de recursos didáticos digitais. A grande novidade para 2015 será a ampliação do SENAI FabLab”, destaca Andréa Marinho, diretora de Educação do Sistema FIRJAN.

O SENAI FabLab é um laboratório de manufatura digital voltado para o



SENAI FabLab: inauguração de unidades em Nova Friburgo, Resende e Niterói em 2015

Fabiano Veneza/Imagem de Arquivo

“O diferencial da qualificação profissional do SENAI é o processo permanente de alinhamento às necessidades da indústria e o fato de aliar teoria e prática”

Andréa Marinho
Diretora de Educação do Sistema FIRJAN

desenvolvimento da capacidade de inovação dos alunos. O laboratório permite o aprofundamento da criatividade e das competências para o desenvolvimento de

projetos de forma colaborativa e interdisciplinar. Envolve a análise de desafios da indústria, a elaboração de projetos e a prototipagem com utilização de tecnologias digitais. O SENAI Rio desenvolveu essa proposta metodológica e inaugurou o primeiro FabLab no final de 2014 no Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Automação e Simulação, em Benfica.

EXPANSÃO

A rede SENAI também está sendo ampliada. Entre as ações destaca-se a reinauguração do SENAI Caxias, que ganhará um novo pavimento, além de novas salas de aula, laboratórios técnicos, planta de transformação de materiais plásticos e uma oficina de produção de móveis em madeira.

A nova escola do SENAI em Três Rios atenderá até 1.500 alunos por dia. O novo SENAI Itaipava terá como vocação o segmento da construção civil. Estão previstos ainda outros investimentos em Unidades Móveis nas áreas de Usinagem CNC, Gráfica Impressão Offset e Plásticos.

Na Educação a Distância (EAD), estima-se um crescimento de cerca de 30% no número de matrículas, tanto nos cursos de qualificação como técnicos. A ampliação e diversificação do atendimento serão possíveis com a inauguração do núcleo de EAD nas unidades de Macaé e Resende, além do já existente no Maracanã.

No que se refere aos cursos pagos, o SENAI retomará a oferta de cursos técnicos para as empresas e também para outros públicos, além de expandir as vagas de cursos pós-técnicos e de qualificação de maior nível. Também serão ampliadas as vagas de graduação tecnológica nas áreas de Metalurgia e Automação.

RELACIONAMENTO COM SINDICATOS

O SENAI Rio oferecerá em 2015 cerca de 40 mil novas vagas gratuitas, com um extenso portfólio de cursos que abrangem todos os segmentos, incluindo qualificação para os sindicatos, aprendizagem industrial para as empresas. Edson Melo, gerente de Educação Profissional do SENAI, acrescenta que o relacionamento com os sindicatos será fortalecido, tendo em vista o atendimento às demandas setoriais. "Eles participarão ativamente para aperfeiçoar o portfólio de atendimento às necessidades das empresas, inclusive na escolha da oferta de qualificação gratuita. Já no caso da aprendizagem industrial

e cursos de aperfeiçoamento, as próprias empresas escolhem os títulos", diz Melo.

Quanto aos segmentos, está previsto o fortalecimento da oferta de cursos nas áreas de panificação, moda, mobiliário, plástico, metal-mecânica, automotiva, construção civil, gráfica, tecnologia da informação e telecomunicações. Nas unidades inauguradas em 2014, como a Automotiva, em Resende; a de Moda, em Nova Friburgo; e as de Panificação, serão implantados portfólios diferenciados.

"Construímos em parceria com o SENAI um curso sobre todas as áreas da empresa. O treinamento foi personalizado não só às nossas necessidades, mas também às dos alunos"

Carolina Losicer
Coordenadora de Comunicação e Responsabilidade Social da Coca-Cola Andina Brasil

Na área de construção civil serão implantadas também as ações já discutidas com o segmento, entre elas a oferta de curso em tecnologia inovadora para o desenvolvimento de projetos de construção (*Building Information Modeling*). A novidade será oferecida na Unidade Cinelândia e também por meio de Unidade Móvel, além de outras ações de expansão do atendimento em cursos operacionais e técnicos na rede.

"Com a necessidade do uso de novas tecnologias para aumentar a produtividade do setor, é fundamental o trabalho do SENAI, para que os futuros profissionais da construção civil tenham uma formação condizente com as demandas do mercado", observa Roberto Kauffmann, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio).

CAPACITAÇÃO PARA A INDÚSTRIA

Para as indústrias fluminenses, a qualificação oferecida pelo SENAI é de grande importância, conforme destaca Carolina Losicer, coordenadora de Comunicação e Responsabilidade Social da Coca-Cola Andina Brasil. Ela ressalta a experiência da instituição em capacitação voltada para a indústria e a flexibilidade, que permite a adequação dos cursos às necessidades da empresa.

"Em nosso programa de capacitação para pessoas com deficiência, por exemplo, construímos em parceria com o SENAI um curso com duração de dois anos sobre todas as áreas da empresa, de forma que a contratação posterior fosse possível em qualquer área administrativa da companhia. O treinamento foi personalizado não só às necessidades da empresa, mas também às dos alunos", conta ela. Em 2015, a empresa está ampliando a inclusão desses alunos, atingindo uma evolução do programa que foi possibilitada, segundo Carolina, pela parceria com o SENAI.

Para mais informações sobre os cursos do SENAI Rio acesse o site www.cursosenairio.com.br ou ligue para os telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

SISTEMA FIRJAN É ESCOLHIDO PARA A VICE-PRESIDÊNCIA MUNDIAL DA NORMA ISO 14.052

Para representar mundialmente a ISO 14.052, que define como quantificar o fluxo de materiais ao longo da cadeia de valor, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) escolheu o Sistema FIRJAN para a vice-presidência mundial da norma. A função da Federação é mapear atores, como empresas, centros tecnológicos e universidades, que contribuam com o texto da ISO para aperfeiçoá-la. A escolha atesta a excelência do trabalho desenvolvido pela FIRJAN, por meio do Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Ambiental.

A norma, que permite aumentar a produtividade reduzindo o impacto ambiental, é presidida pelo Japão e será validada em setembro, na Índia.

A contabilidade do fluxo de materiais expressa na ISO 14.052 é baseada no Material Flow Cost Accounting (MFCA), um instrumento que identifica e calcula os custos das perdas de materiais e resíduos. “A participação da FIRJAN como vice-presidente é um reconhecimento do nosso trabalho na área, mostrando nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental”, destacou Ana Maria Oestreich, consultora de Serviços Tecnológicos do CTS Ambiental.

A ISO 14.052 é baseada no conceito de Produção Mais Limpa (P+L), metodologia usada pelo CTS Ambiental, que identifica as oportunidades de redução de resíduos e otimização de materiais e energia. A P+L é uma opção eficaz para os setores que necessitam



Guarim de Lorena/Imagem de Arquivo

Técnico em laboratório do CTS Ambiental: reconhecimento de excelência em P+L

apresentar um plano de mitigação de gases de efeito estufa ou de redução de resíduos. Setores como o de alimentos e bebidas e o da construção civil já aderiram à metodologia, movimentando toda a cadeia produtiva. Para Eduardo D’Avila, gerente regional da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), a aplicação do Produção Mais Limpa trouxe benefícios efetivos para o grupo de nove empresas associadas à ABCP que aderiram ao programa. “Com a implantação de todos os projetos levantados, as empresas podem economizar juntas R\$ 1,2 milhão”, ressaltou.

O CTS Ambiental presta consultorias e capacita profissionais na metodologia de P+L. Mais informações: (21) 3978-6100 ou cts.ambiental@firjan.org.br.

P | PROGRAME-SE

GIRO MODA

Datas:

17/03 - Teresópolis	24/03 - Campos	27/03 - Volta Redonda
18/03 - Petrópolis	25/03 - Itaperuna	31/03 - Niterói
19/03 - Nova Friburgo	27/03 - Barra do Pirai	07/04 - Nova Iguaçu

GIRO DESIGN MÓVEIS

Datas:

24/03 - Rio de Janeiro	07/04 - Duque de Caxias
31/03 - Petrópolis	28/04 - Campos
01/04 - Volta Redonda	

Público-alvo: empresários e gestores do setor

Mais informações: www.firjan.org.br
0800 0231 231 | 4002 0231

FIRJAN PROMOVE SEMINÁRIOS SOBRE **ÁGUA E ENERGIA**

Discutir os desafios e propor soluções para duas questões que impactam não só o setor produtivo, mas também a sociedade como um todo: a escassez de água e a crise de energia. Com esse objetivo, o Sistema FIRJAN promove, no mês de março, dois seminários gratuitos.

DEBATE SOBRE A ÁGUA

No dia 26, às 14h, a Federação realiza o VI Seminário Gestão da Água na Indústria, que terá como tema "Gestão da água na indústria em cenários de escassez". O palestrante convidado é o brasileiro Marlos de Souza, diretor da Divisão de Políticas e Planejamento da Bacia de Murray-Darling, da Austrália,

região que vive realidade similar à enfrentada atualmente no Sudeste do Brasil. Souza está à frente de um programa de gestão adaptado a situações de escassez, desenvolvido nesta região da Austrália.

Para a mesa de debates, foram convidados o diretor técnico da Degrémont Fabian Fenoglio, o pesquisador da Coppe/ UFRJ Paulo Carneiro, que coordenou o Plano Estadual de Recursos Hídricos; o consultor da GO Associados, Carlos Rosito; e o gerente de Economia e Estatística do Sistema FIRJAN, Guilherme Mercês.

MINISTRO EDUARDO BRAGA PARTICIPARÁ DE SEMINÁRIO

No dia 27, o debate será sobre

"O Setor Produtivo e a Energia – Questões e Soluções da Indústria em Tempo de Crise Energética". Este seminário acontece das 9h às 17h, com a presença do ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga. Entre os palestrantes está também Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. Pires participará do painel "Gás para térmicas, gás para as indústrias: como garantir a oferta adequada ao país?". A programação completa pode ser acessada no [link](http://tinyurl.com/mpl8frx) <http://tinyurl.com/mpl8frx>.

Os dois eventos acontecem na sede do Sistema FIRJAN. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas através dos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

"Empreender é realizar o improvável."

Rafael Duton
21212 Aceleradora de Negócios e Mobile

"Visão sem ação não passa de sonho. Ação sem visão é só passatempo. Visão com ação pode mudar o mundo."

"A paixão é tudo para o sucesso."

Edson Bueno
Amil

"São os desafios que motivam o nosso crescimento."

João Luiz Ramos Alves
Sinduscon

"Para sermos mestres na vida, temos que ser aprendizes em tudo."

Flávio França
Urbita me e Media Glass

"A estabilidade está na mudança."

Geraldo Neto
Serplac Rio

"Sou Cariocaholic."

Alessa Migani
Alessa

"Problemas foram feitos para serem solucionados e não apenas observados."

Ladmir Carvalho
Alterdata

"Deseje ser um bistrô com fila na porta."

Samanta Martins
Visorama Diversões Eletrônicas

"Quem inova pode quebrar, quem não inova já quebrou."

Paulo Noel
Show Móveis

"Os vencedores são os perdedores eventuais que acreditaram e persistiram nos seus sonhos e projetos."

Fernando Pinheiro
Copapa

Essas são as frases que transformaram a vida deles. E você, empresário? Já enviou a sua?

Em homenagem aos 450 anos do Rio, reunimos frases de motivação de diversos empresários, transformando a inspiração deles numa onda de otimismo em favor do Rio. E você, empresário? Já enviou a sua? Envie uma frase de sua autoria para transformario450@firjan.org.br e faça parte dessa história.

Conheça o projeto em www.transformario450.com.br

DIRETOR DA CEDAE DISCUTE IMPACTOS DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO RIO

O estado do Rio não corre o risco de enfrentar um racionamento de água em 2015. É o que garantiu o diretor de Produção de Grande Operação da Cedae, Edes Fernandes de Oliveira, durante reunião do Conselho Empresarial de Meio Ambiente do Sistema FIRJAN.

Segundo Oliveira, mesmo que a vazão do Rio Paraíba do Sul seja reduzida ainda mais, a 110 m³/s, por exemplo, o que a Cedae precisa captar equivale a menos da metade disso. "Enquanto a Cedae conseguir captar 45 m³/s não há necessidade de racionamento", enfatizou.

Entretanto, devido ao baixo nível dos reservatórios, o diretor antecipou que a Agência Nacional de Águas (ANA) pretende reduzir ainda mais o volume transposto do Rio Paraíba do Sul para o Guandu na barragem de Santa Cecília, que hoje é de 140 m³/s. A intenção é reduzi-lo para 110 m³/s. Antes da crise hídrica, a transposição era de 190 m³/s no período seco e de 250 m³/s no úmido.

Oliveira admitiu que a redução do volume transposto diminuirá a capacidade de geração de energia pelas usinas hidrelétricas, dificultará a captação de água de alguns usuários e impactará as indústrias localizadas próximas à foz do Rio Guandu, aquelas situadas no Distrito Industrial de Santa Cruz.

Ele explicou que essas indústrias e o governo do estado estão buscando algumas soluções. Uma das possibilidades é a construção de uma barragem, outra é receber a água da retrolavagem dos filtros da Estação de Tratamento de Águas do Guandu, operada pela Cedae. Hoje, essa água é descartada pela Cedae. "A ideia é que as indústrias usem cada vez mais água de reúso", destacou Oliveira.

Sobre a opção de se investir em dessalinização da água do mar, Oliveira afirmou que o estado já encomendou um estudo. Mas alertou que não é a melhor opção, porque é cara: "O custo na torneira do consumidor dobraria". A reunião foi realizada em 3 de março, na sede da Federação.

Antonio Batalha



Edes de Oliveira e Isaac Plachta em reunião do Conselho de Meio Ambiente

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado
do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barabá

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Energia: Armando Guedes Coelho

Gestão Estratégica para Competitividade:

Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz Chor

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Geraldo Coutinho

Aréa e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavah

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação
do SISTEMA FIRJAN

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editora Executiva: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Denise Almeida, Juliane Oliveira,

Pedro Fandiño e Silvia Noronha

Revisão: Denise Scofano Moura e

Geraldo Pereira

Fotografia: Guarim de Lorena e Antonio Batalha

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação:

Marcelo Pires Santana

Assessoria de Imprensa:

Lucila Soares e Lorena Storani

Estagiária: Iasmin Dias

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

SENAI MARACANÃ UNE TEORIA À PRÁTICA PARA QUALIFICAR PROFISSIONAIS PARA A INDÚSTRIA GRÁFICA

A aula inaugural da terceira turma de Produção Gráfica, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), realizada no SENAI Maracanã nos dias 2 e 4 de março, discutiu a importância de os profissionais conhecerem os processos gráficos para aumentar a produtividade. Segundo o gerente do SENAI Maracanã, Luis Arruda, o aluno de Design, apesar de aprender na universidade a planejar e conceber as peças de comunicação e marketing, não sabe de fato como é a produção em uma gráfica. "Isso é um problema para as indústrias, já que os designers nem sempre finalizam os arquivos baseados nos padrões de produção exigidos pelos parques gráficos", explica Arruda.

Para reduzir a distância entre a teoria e a prática, no ano passado, o SENAI Maracanã, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e a ESPM introduziram no curso de Design da ESPM a disciplina Produção Gráfica, com 36 horas ministradas integralmente no SENAI Maracanã. De acordo com o programa, o estudante deverá desenvolver um projeto gráfico, com a marca da ESPM e do Sistema FIRJAN, utilizando todos os laboratórios da unidade.

O aluno Rodrigo Inácio Coelho destaca os benefícios da parceria para seu aprendizado: "O curso é uma experiência diferente e muito enriquecedora. Na ESPM



Aula de Produção Gráfica de estudantes da ESPM no SENAI Maracanã: união de teoria e prática

só temos aulas teóricas e no SENAI Maracanã podemos complementar o aprendizado. É uma oportunidade para acompanhar de perto como é feita a impressão dos trabalhos. Isso ajuda muito na formação".

Segundo o gerente do SENAI Maracanã, a experiência proporciona ganhos de competitividade para o setor gráfico fluminense. "A iniciativa fortalece o capital intelectual e criativo dos profissionais formados pelas instituições de ensino superior", analisa Arruda.

INVESTIMENTO

O SENAI Maracanã foi modernizado para atender às necessidades de qualificação de mão de obra e integrar os cursos da área gráfica com a cadeia da

indústria criativa, que envolve o setor gráfico, editorial, design, audiovisual e publicidade. Desde 2012 foram investidos mais de R\$ 8,4 milhões em obras, reformas e aquisição de equipamentos.

A capacidade dos laboratórios de software gráfico foi duplicada, foi criado um ambiente para ensaios laboratoriais de tintas e papel, o parque gráfico foi remodelado, e a infraestrutura foi adequada para reduzir os impactos ambientais dos resíduos industriais. "O SENAI Maracanã é hoje a única escola no Brasil a contar com um laboratório de sinalização e tecnologias de impressão em grandes formatos, recortes eletrônicos e mídias para impressão. Ele é fruto de uma parceria com a empresa japonesa Mimaki", destaca o gerente do SENAI Maracanã.

INVEST CITY: EXPERIÊNCIA E INOVAÇÃO PARA FOMENTAR O SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

No mercado há 15 anos, a Invest City atua com projetos de arquitetura e soluções em engenharia para o setor de construção civil, além de planejamento, fiscalização e controle de obras. Localizada na Região Norte Fluminense, a empresa já realizou mais de cinco mil projetos, apostando no design e na inovação. Dentre seus clientes estão as principais construtoras do país. Sua atuação abrange projetos públicos, industriais, comerciais, residenciais, de urbanismo, interiores personalizados e paisagismo.

Fundada pelo arquiteto Luis Vieira, dois anos depois de sua graduação em Arquitetura, a Invest City se preocupa em atender as necessidades dos clientes com o desempenho elevado de seus serviços, garantindo o desenvolvimento sustentável. Entre os trabalhos recentes da empresa, estão o Posto da Polícia Militar em Macaé, o Centro Comunitário de São João da Barra e a Praça da República de Campos.

"Percebi que o melhor caminho para ampliar e estruturar minha atividade profissional era criar uma empresa, devido às características peculiares do crescimento local. Nossa preocupação é entender como se dá o processo de desenvolvimento urbano em cidades com altas taxas de crescimento. Antecipamos a identificação de oportunidades para os nossos clientes com a compreensão da melhor forma de investir seus recursos", explicou o proprietário Luis Vieira.

Divulgação



"A Federação é o grande indutor do desenvolvimento sustentável no estado do Rio e a voz das demandas industriais de todas as regiões fluminenses"

Luis Vieira
Fundador da Invest City

Para 2015, a expectativa da Invest City é aumentar os projetos de reestruturação para a otimização de custos, ampliar a participação dos projetos de investimentos ligados a São João da Barra e atuar nas novas oportunidades de negócios que surgiram com o início das operações do Porto do Açú. Segundo Vieira, a empresa já idealizou o projeto dos escritórios da National Oilwell Varco, na área do Porto, além de organizar a aquisição de grandes áreas de terras nas imediações, em conjunto com parceiros investidores. "Estamos preparando os projetos que deverão ser apresentados ainda este ano, de forma a dotar a região com a infraestrutura de apoio necessária neste momento, que marca o início das operações do Porto", afirmou.

Para o arquiteto, o auxílio do Sistema FIRJAN é muito importante para fomentar os negócios do setor e proporcionar benefícios para a empresa.

"A Federação é o grande indutor do desenvolvimento sustentável no estado do Rio e a voz das demandas industriais de todas as regiões fluminenses. Por intermédio das comissões municipais e regionais, ela amplifica as necessidades da indústria, evidenciando nossos gargalos e oferecendo apoio para buscar soluções. A filiação ao Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) é fundamental, porque nos disponibiliza apoio para continuar competitivos no mercado, por meio de informações estratégicas, serviços e assessoria técnica", ressaltou.

INFORME JURÍDICO

Ano XV nº 682
13 a 19 de março de 2015

A LEI ANTICORRUPÇÃO

O país vive um momento de crise com vários escândalos envolvendo notícias de corrupção, sendo o mais conhecido o decorrente da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, o qual fez acender a chama da discussão acerca da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, mais conhecida como "Lei Anticorrupção".

A referida Lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, prevendo, em linhas gerais, as características e natureza desta responsabilidade, os atos que serão considerados lesivos, o processo administrativo de responsabilização, o comentadíssimo acordo de leniência, a responsabilização judicial e outras providências.

A introdução da responsabilidade objetiva da pessoa jurídica em decorrência de condutas ilícitas praticadas em seu benefício ou interesse é a grande novidade da legislação, pois, na prática, significa que a empresa poderá ser responsabilizada, independentemente da responsabilização das pessoas

físicas envolvidas e sem a necessidade de comprovar se houve a intenção de dirigentes, colaboradores ou donos de empresa de causar prejuízos à administração pública.

A Lei estabelece que constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, todos os atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, tais como prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei; utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; afastar ou

procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional e outros.

Como visto, a grande maioria das condutas previstas na Lei já são exaustivamente conhecidas dos órgãos de controle e do próprio Poder Judiciário.

No âmbito processual, a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

Será instaurada comissão, que deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica,

sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas. Concluído o processo e não havendo pagamento, o crédito apurado será inscrito em dívida ativa da Fazenda Pública.

Em paralelo, a comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

Ao final do procedimento, em razão da prática de atos aqui mencionados, poderá ser ajuizada ação com vistas à aplicação de diversas sanções às pessoas jurídicas infratoras: perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; dissolução compulsória da pessoa jurídica e/ou proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

Outro aspecto extremamente inovador da Lei Anticorrupção está na possibilidade de empresas investigadas por atos ilícitos previsto na lei firmarem os chamados acordos de leniência com a administração pública. Os acordos visam, precipuamente, a colaboração efetiva das empresas investigadas no sentido de identificar os envolvidos na infração, bem como a obtenção de documentos que comprovem o ilícito sob apuração. Em contrapartida, as empresas podem

ser beneficiadas com a redução de multas aplicáveis em até dois terços e ficarem isentas de sanções administrativas como, por exemplo, a suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração pública.

Em razão da Operação Lava Jato, a mídia vem dando destaque aos debates travados em torno da possibilidade de empresas investigadas na referida operação firmarem acordos de leniência, sendo certo que o assunto ainda divide opiniões de juristas e especialistas na matéria.

A verdade é que os debates sobre a lei anticorrupção decorrem de uma verdadeira omissão do atual governo, na medida em que a Presidência da República ainda não regulamentou a referida lei, gerando um ambiente de incertezas e de insegurança jurídica.

Um exemplo de incerteza está na possível repercussão penal dos acordos de leniência. Entidades que representam auditores do controle externo já se manifestaram por meio de nota, argumentando que os acordos de leniência podem evitar punições às empresas envolvidas em escândalos de corrupção na esfera penal. Em sentido contrário, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, em entrevista ao *Jornal O Globo*, publicado no dia 24 de fevereiro do ano corrente, manifestou seu posicionamento no sentido de que *“No âmbito da Lei Anticorrupção, não há repercussão alguma na esfera penal. As multas penais não são reduzidas, os processos penais não são interrompidos”*.

Outro exemplo de incerteza gerada pela ausência de regulamentação da lei em comento diz respeito aos critérios de *compliance* que deverão ser

observados pelas empresas e que poderão atenuar as sanções administrativas aplicáveis ou até mesmo romper o nexo de causalidade entre a conduta ilícita e a punição. É o regulamento da lei que definirá os procedimentos internos de incentivo à denúncia de irregularidades que as empresas deverão adotar e que definirá também quais instrumentos obrigatórios as empresas deverão viabilizar a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta em suas estruturas internas.

Em que pese as discussões atuais sobre a Lei Anticorrupção, as quais, diga-se de passagem, somente irão abrandar após sua regulamentação, é de se perceber que a Lei traz uma perspectiva diferente em relação ao combate a crimes praticados contra a administração pública, pois passa a visar a pessoa jurídica, por meio do Direito Administrativo de caráter sancionador, em detrimento do Direito Penal, que visa à persecução da pessoa física que praticou um ato ilícito. A responsabilidade penal da pessoa jurídica não é propriamente uma novidade, por já ser encontrada na legislação dos crimes ambientais, mas aqui, nos crimes contra a administração pública, é a primeira vez.

Assim, com o advento da Lei 12.846/13, nota-se uma alteração da visão do legislador quanto à forma de tratamento e enfrentamento de esquemas delituosos, a exemplo dos possíveis crimes investigados pela Operação Lava Jato, na medida em que, até então, delitos de ordem econômica e o combate ao crime organizado se davam por meio de elaboração de leis incriminadoras ou pela majoração de penas já previstas em lei, e agora, sob a ótica da referida lei, se reconhece que a busca pelas informações e o cerco aos principais responsáveis pode revelar meios mais eficazes no combate à corrupção.